

**PORTARIA CONJUNTA PGM/SEFAZ Nº 001/2026**

***Estabelece os critérios objetivos para a classificação de risco das demandas judiciais e define o fluxo de informações para subsidiar o registro contábil de Provisões e Passivos Contingentes.***

O Procurador-Geral do Município e o Secretário Municipal da Fazenda Pública do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**Considerando** a necessidade de mensurar adequadamente os passivos e provisões no Balanço Patrimonial do Município, em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964;

**Considerando** as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes);

**Considerando** a necessidade de subsidiar a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais (LRF, Art. 4º) com informações fidedignas sobre o risco judicial;

**RESOLVEM:**

**CAPÍTULO I**  
**DO OBJETIVO E DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 1º** Esta Portaria estabelece os critérios objetivos para a classificação da probabilidade de perda em demandas judiciais movidas contra o Município, com o objetivo de subsidiar o registro contábil das Provisões (risco provável) e a evidenciação dos Passivos Contingentes (risco possível) pela Secretaria Municipal da Fazenda Pública – SEFAZ.

**Art. 2º** Compete à Procuradoria-Geral do Município – PGM, por meio dos Procuradores responsáveis pelos feitos, classificar *todas* as ações judiciais com potencial impacto financeiro, conforme os critérios definidos no art. 3º.

**Art. 3º** As demandas judiciais serão classificadas quanto ao risco de perda (resultado desfavorável ao Município) utilizando os seguintes critérios objetivos:

**I - RISCO PROVÁVEL:** A probabilidade de perda é superior à probabilidade de êxito (chance > 50%).

**a)** Existência de jurisprudência consolidada (Súmula ou Precedente Vinculante) desfavorável ao Município sobre o tema;

**b)** Decisão desfavorável em primeira e/ou segunda instância (Tribunal de Justiça) já proferida;

**c)** Parecer técnico ou jurídico interno que reconheça a alta probabilidade de sucumbência.

**Parágrafo único.** A Contabilidade deverá registrar o valor estimado nas contas de controle do PCASP.

**II - RISCO POSSÍVEL:** A probabilidade de perda é menor ou igual à probabilidade de êxito (chance <= 50%), mas não é remota.

**a)** Jurisprudência dividida nos tribunais sobre o tema;

**b)** Processo em fase inicial (ex: aguardando contestação ou instrução) sem elementos suficientes para classificar como provável ou remoto;

**c)** Decisão favorável ao Município em primeira instância, mas com recurso pendente e chance de reversão.

**Parágrafo único.** A Contabilidade deverá registrar o valor estimado em Nota Explicativa considerando cada tipo /classe de passivo contingente.

**III - RISCO REMOTO:** A probabilidade de perda é mínima e insignificante.

**a)** Jurisprudência consolidada (Súmula ou Precedente Vinculante) favorável ao Município;

**b)** Ação manifestamente improcedente ou contrária à legislação vigente.

**Parágrafo único.** Não requer registro (salvo agrupamento em Nota Explicativa, se o volume for relevante).

## CAPÍTULO II

### DA MENSURAÇÃO E DO FLUXO DE INFORMAÇÕES

**Art. 4º** Além da classificação de risco definida no art. 3º, a PGM deverá fornecer ao Departamento Contábil e Financeiro o valor da causa cadastrado inicialmente ou a melhor estimativa do valor do impacto financeiro (valor da causa atualizado, valor da condenação provável ou valor de perícia) para todas as ações classificadas como "Prováveis" ou "Possíveis".

**Art. 5º** Fica instituído o "Relatório Consolidado de Demandas Judiciais" como instrumento oficial de comunicação entre a PGM e a SEFAZ.

**Art. 6º** O fluxo de informações obedecerá aos seguintes prazos e responsabilidades:

I - A PGM deverá encaminhar o Relatório Consolidado previsto no art. 5º, devidamente atualizado com a classificação e mensuração de todas as ações relevantes, Departamento Contábil e Financeiro.

II - A periodicidade mínima de envio do relatório será anual, até o dia 15 de janeiro de cada ano, para subsidiar o fechamento do Balanço Patrimonial do exercício anterior.

**Parágrafo único.** A PGM deverá informar o Departamento Contábil e Financeiro imediatamente sobre qualquer decisão judicial relevante que altere substancialmente a classificação de risco ou o valor provisionado de uma ação.

**Art. 7º** O Departamento Contábil e Financeiro, de posse do Relatório Consolidado, é responsável por efetuar os registros contábeis pertinentes (Provisão ou Nota Explicativa) no Balanço Patrimonial.

**Art. 8º** A classificação das demandas judiciais nos termos do art. 3º é de mera expectativa, não gerando vinculação com o resultado final da demanda judicial, bem como não gera responsabilidade alguma para os membros da PGM, considerando que a atuação profissional é considerada de meio e não de resultado.

**Art. 9º** Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do exercício de 2026, revogando a Portaria Conjunta PGM/SEFAZ nº 01/2025.

Município de Capanema, Estado do Paraná, **aos 8 dias do mês de janeiro de 2026.**

**Orlandino Prause da Silva Junior**

*Procurador-Geral do Município*

**Alexandro Noll**

*Secretário Municipal da Fazenda Pública*